



# newsletter

---

Nº 83 – DEZEMBRO / 2013

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 [info@oliveirarego.pt](mailto:info@oliveirarego.pt)  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

**Nº 83 – DEZEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

## Assuntos em Destaque

<b>Resumo Fiscal/Legal – Novembro de 2013</b>	<b>2</b>
<b>A Importância do Sistema de Controlo Interno</b>	<b>3</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>7</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL**

**Assembleia da República - Lei n.º 76/2013, de 7 de Novembro** - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 335/2013, de 15 de Novembro** - Oitava alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de Fevereiro que fixa o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-B/2013, de 18 de Novembro** - Determina os termos e as condições aplicáveis à venda das acções dos CTT - Correios de Portugal, SA, no âmbito da oferta pública de venda e da venda directa institucional.

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2013, de 19 de Novembro** - Determina o processo de criação de uma instituição de crédito a denominar Instituição Financeira de Desenvolvimento.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 340/2013, de 22 de Novembro** - Quarta alteração à Portaria n.º 363/2010, de 23 de Junho, que regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de facturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

# ORA newsletter

---

Nº 83 – DEZEMBRO/2013  
(circulação limitada)

## A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

### Introdução

Um sistema de controlo interno pode ser definido como o conjunto de políticas e procedimentos adoptados pela administração de uma empresa, que contribuam para a obtenção dos objectivos da gestão de assegurar: i) a condução ordenada e eficiente do negócio (incluindo a aderência às políticas da gestão); ii) a salvaguarda de activos; iii) a prevenção e detecção de fraude e erros; iv) o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos; v) o cumprimento das leis e regulamentos; e vi) a preparação tempestiva de informação financeira credível.

Nas entidades de maior dimensão e complexidade a existência de um adequado sistema de controlo interno é relativamente comum sendo o mesmo sujeito a avaliações periódicas por organismos integrantes da própria organização (departamentos de auditoria ou auditores internos) e/ou entidades externas (órgãos de fiscalização, revisores oficiais de contas, entidades de supervisão).



Nas organizações mais pequenas, os gestores vêem o controlo interno como uma carga administrativa e não reconhecem a necessidade e os benefícios de dispor de tal sistema. É, muitas vezes, o surgimento de um problema relacionado com a salvaguarda de activos (ex. uma fraude) ou a falta de cumprimento de leis e regulamentos (ex. coimas ou processos judiciais) que vem trazer a necessidade de implementar ou melhorar o sistema de controlo interno da empresa.

Assim, independentemente da dimensão das organizações parece-nos que é sempre possível definir controlos e procedimentos chave que permitam a condução eficiente dos negócios, criando barreiras que desincentivem as más práticas (ausência de controlo por falta de tempo; formação deficitária; falta de segregação de funções; gestores que ultrapassam os processos estabelecidos, entre outras).

### Componentes de um Sistema de Controlo Interno

Para a implementação de um sistema de controlo interno é importante conhecer os respectivos componentes, os quais se encontram interligados:

- **Ambiente de Controlo** - significa a atitude geral, a consciencialização e as acções da gestão e do órgão de gestão a respeito do sistema de controlo interno e a sua

3/7

# ORA newsletter

---

Nº 83 – DEZEMBRO/2013  
(circulação limitada)

importância dentro da entidade, influenciando a consciência de controlo do seu pessoal. É o ponto de partida para os outros componentes do controlo interno, proporcionando disciplina e estrutura. Compreende: i) a integridade e valores éticos, os parâmetros que permitem a supervisão por parte do órgão de gestão; ii) a estrutura organizacional e as definições de autoridade; iii) o processo para atrair, desenvolver e reter colaboradores competentes; iv) regras estritas sobre medidas de performance, incentivos e prémios para especiais níveis de performance.

- **Avaliação do Risco** - é a identificação e análise pela entidade dos riscos relevantes (internos ou externos) para a realização dos seus objectivos, formando a base para a determinação como os riscos devem ser geridos. Compreende: i) o estabelecimento de objectivos claros, aos vários níveis, interligados e coerentes, particularmente aos riscos-chave; ii) a avaliação de probabilidades da sua ocorrência e o seu impacto; iii) a definição de respostas aos riscos.
- **Procedimentos/Actividades de Controlo** - são as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as directivas da gestão sobre a mitigação dos riscos para a consecução dos objectivos são executadas. Estas acções são realizadas em todos os processos de negócio, em todos os níveis e também nas tecnologias de informação. As actividades podem ser de natureza preventiva ou detectiva, e compreendem um grande conjunto de acções quer manuais quer automatizadas: aprovações, verificações, reconciliações, circularizações, revisões da performance operacional, revisões da salvaguarda de activos, revisões da segregação de funções.
- **Informação e comunicação** - é a identificação, recolha e troca de informação por forma a permitir aos empregados levarem a cabo as suas responsabilidades, sendo indispensável ao adequado funcionamento do sistema de controlo interno. A comunicação externa também permite o fluxo de informação relevante de/para o exterior, sendo igualmente importante.
- **Monitorização** - é o processo que avalia a qualidade do desempenho do controlo interno ao longo do tempo, ou seja, é a supervisão contínua (embebida nos processos de negócio) e as avaliações separadas (conduzidas periodicamente), sobre o sistema de controlo interno, que permitem avaliar se cada uma das cinco componentes está presente e a funcionar.

4/7

# ORA newsletter

---

**Nº 83 – DEZEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

## Limitações dos Sistemas de Controlo Interno

O sistema de controlo interno, independentemente de estar bem concebido e funcionar eficazmente, apenas pode proporcionar uma segurança razoável à gestão e ao órgão de gestão em relação à consecução dos objectivos da entidade neste domínio.

Assim, é importante reter que o sistema de controlo interno não fornece uma segurança absoluta, devido às limitações inerentes ao mesmo, destacando-se: i) os controlos são concebidos e operados/praticados por pessoas; ii) os controlos podem ser ultrapassados nomeadamente por aqueles que conhecem a sua concepção; iii) os controlos podem ser anulados pelo conluio.



As referidas limitações incluem a potencialidade para erros humanos devidos à falta de cuidado, distração, erros de julgamento, má compreensão das instruções ou mesmo mau uso da responsabilidade que lhe foi atribuída, por exemplo, um membro da gestão que passe por cima de um controlo interno.

Outro factor de limitação é o facto da maioria dos controlos tender a dirigir-se a transacções de rotina, e não a transacções fora de rotina, e também o usual requisito da gestão de que o custo de um controlo interno não exceda os benefícios que se esperam extrair.

De referir que o costume, cultura e o sistema de governo da sociedade pode inibir irregularidades a cometer pela gestão, mas não se tornam impedimentos absolutos. Por outro lado, a existência de incentivos à gestão cria um ambiente que pode resultar em distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras, podendo a eficácia dos procedimentos de controlo ser reduzida.

A eficácia do controlo interno de uma entidade pode também ser afectada adversamente por factores, tais como, mudança nos titulares do capital ou de controlo, mudança na gestão ou outro pessoal, ou alterações no mercado da entidade, que representam a possibilidade dos procedimentos se poderem tornar inadequados.

## Conclusões



As exigências de controlo interno nas grandes organizações têm vindo a aumentar, quase exponencialmente, fruto dos escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos, afectando empresas do sector da banca, seguros,

# ORA newsletter

---

**Nº 83 – DEZEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

comunicações, imobiliário, entre outros, que resultaram na sua falência ou necessidade de avultada intervenção estatal para a respectiva recuperação.

Neste artigo não se pretende fazer referência às causas que estão na origem das referidas intervenções (já muito escrutinadas) e nem no subsequente reforço das exigências sobre a governação, gestão do risco e controlo, consubstanciado na Lei Sarbanes-Oxley (SOX), e que têm vindo a implicar muitas mudanças nos normativos nacionais e internacionais (mais exigência nas normas de auditoria financeira, auditoria interna, alterações nos códigos das sociedades e de governo das sociedades, a criação de novos organismos de supervisão).

O principal objectivo é alertar para a necessidade de um “olhar crítico” sobre o sistema de controlo interno das organizações, independentemente da sua dimensão, e tendo presente que a avaliação precisa dos custos vs benefícios nem sempre é possível na concepção do controlo interno.

Por outro lado, as estruturas que dispõem de órgãos e modelos de fiscalização podem utilizar o trabalho e as recomendações destes profissionais na melhoria dos sistemas de controlo interno.



**- Pedro Bastos -**

## **Bibliografia:**

- *Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 410 – Controlo Interno;*
- *Formação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre “O Sistema de Controlo Interno e a sua Relevância para a Auditoria” (Outubro de 2013).*

# ORA newsletter

---

Nº 83 – DEZEMBRO/2013  
(circulação limitada)

- **REVISORES E AUDITORES**

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 62 da sua revista trimestral (Julho a Setembro de 2013).



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Propostas do IAASB para melhorar o Relatório do Auditor: impacto potencial sobre Auditoria de Entidades não cotadas** – a International Auditing and Assurance Standards Board emitiu propostas que pretendem alterar significativamente o relatório do auditor, aumentando muito o seu valor informativo. O projecto propõe uma nova Norma Internacional de Auditoria (ISA 701), “Comunicando questões chave de auditoria no Relatório do Auditor Independente”, e uma série de revisões de normas existentes, incluindo a ISA 700, “Formar uma opinião e relatar sobre demonstrações financeiras”.
- ii) **Testes de Imparidade ao Goodwill** – O artigo aborda o enquadramento contabilístico dos testes de imparidade, detalha os testes de imparidade ao *goodwill*, o cálculo do valor de uso com base em técnicas de avaliação de empresas (mais especificamente o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros que espera que sejam derivados de um activo ou unidade geradora de caixa) e apresenta ainda um caso concreto.
- iii) **As Regularizações em Sede de IVA, face à adopção do método de Dedução Pro Rata** – O artigo apresenta o enquadramento dos sujeitos passivos mistos, descreve os passos que devem seguir para uma correcta dedução de imposto, explicitando a noção do método da percentagem, vulgo pro rata e, numa vertente mais prática, descreve as regularizações que resultam de tal método.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

7/7

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662